



## Índice

- 01 Comunidade impede ampliação de alojamento na Juréia
- 02 Povo das Águas detecta problemas recorrentes e elabora projeto para atender ribeirinhos
- 03 Seminário debate ensino de história indígena e afro-brasileira nas escolas
- 04 Aécio diz que, se eleito, avançará na desapropriação na questão indígena
- 05 Economia verde: o capitalismo em sua fase surreal
- 06 CONANDA apura suicídios de índios adolescentes
- 07 Incra se posiciona sobre conflito com quilombolas em Paranã e diz que não possui acordo para prover a delegacia de conflitos agrários
- 08 Cultura indígena é tema do Armazém Universitário
- 09 Conselheira Federal lança livro sobre biopirataria e povos indígenas
- 10 Mostra de cinema indígena Aldeia SP acontece até sexta feira na capital
- 11 Indígenas decidem pôr fim ao bloqueio
- 12 Segurança do trabalho em áreas indígenas é tema de audiência pública
- 13 Secretaria de Assistência Social realiza ação social em Aldeias Indígenas de Laguna
- 14 O média metragem 'Matem... os outros' foi filmado em Mato Grosso do Sul pelo cineasta daqui Reynaldo Paes de Barros



- 
- 15** [Homens armados ameaçam remanescentes quilombolas no Tocantins](#)
  - 16** [Atendimentos médicos e alternativos garantem qualidade de vida a ribeirinhos](#)
  - 17** [Qualidade de Vida](#)
  - 18** [Quilombolas fecham rodovia em protesto](#)
  - 19** [Nota Pública – CPT denuncia e repudia onda de violência no campo](#)
  - 20** [No Maranhão, povo Ka’apor inicia nova operação contra invasão de madeireiros na TI Alto Turiaçu](#)
  - 21** [Brigada Apinajé: Combatentes do fogo](#)
  - 22** [Ladrões de galinha e o PDRS Xingu, por Claret Fernandes\\*](#)
  - 23** [Indígenas têm que ir para a capital e vencer o preconceito para fazer faculdade, mas continuam trabalhando por seus povos](#)
  - 24** [Monsanto financia destruição do Cerrado no Baixo Parnaíba](#)
  - 25** [Ciclo de encontros debate espaços de terreiro](#)
  - 26** [Rio Branco/AC recebe ciclo de palestras sobre cultura afro-brasileira](#)
  - 27** [MA – Povo indígena Ka’apor inicia Operação Marakaja hu Juma’i ha contra madeireiros na TI Alto Turiaçu](#)
  - 28** [Seminário sobre educação em comunidades ribeirinhas começa nesta quinta-feira](#)
  - 29** [Registradas 24 comunidades quilombolas em três estados](#)
  - 30** [Aécio recebe carta com reivindicações de índios e comércio](#)



## **Comunidade impede ampliação de alojamento na Jureia**

SÍTIO DIÁRIO DO LITORAL, 19.08.2014

*Caíças protestam contra ampliação da edificação e ainda acusam pesquisadores de impedir o acesso à praia*

por Carlos Ratton  
comentários Comentar

Cerca de 50 caíças, ligados à Associação dos Moradores da Jureia, acamparam ontem em frente ao alojamento da Fundação Florestal, empresa ligada ao Núcleo Grajaúna da Estação Ecológica Jureia-Itatins, órgãos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo. Eles são contra a reforma e ampliação da edificação porque a obra estaria bloqueando a passagem nas imediações da Praia do Una, em Iguape, principalmente a do morador Onésio do Prado, de 84 anos, com raízes de oito gerações no local.

Os manifestantes informaram ontem à Reportagem do DL que só sairão do local após estabelecido o diálogo com funcionários da Fundação - que faz a gestão das unidades de conservação do Estado - e da secretaria. O vice-presidente Associação, José Mário de Souza Fortes, explica que Prado e sua família vêm sendo intimidados com a obstrução da passagem à praia, impedindo sua sobrevivência e demais caíças das imediações.

Além disso, o fechamento total do espaço estaria impedindo a recreação e confraternização das crianças e adultos, o acesso a áreas de roça dos moradores e o tráfego de apetrechos de pesca e de agricultura tradicional. Os membros da associação explicam que o fechamento do acesso seria mais uma ação que sustenta o "racismo ambiental e social" que a secretaria vem fazendo com as comunidades tradicionais, pois em nenhum momento existiu uma conversa de apresentação ou ajuste de projetos para a comunidade.

Petição

No início do mês, a União dos Moradores da Jureia (UMJ), que representa as comunidades junto à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), protocolou ofício na Secretaria de Meio Ambiente solicitando suspensão da obra. Mas os moradores continuaram a ver a chegada de material de construção para ampliar o alojamento, causando medo e insegurança a todos. Em contrapartida, eles informam que os caíças não podem sequer reformar suas casas.

Ontem, a Associação dos Jovens da Jureia publicou em seu site o texto de uma petição pública solicitando não só a desobstrução do acesso à praia, como a possibilidade da construção do alojamento em outra área que não onere ou prejudique a convivência social e as atividades laborais das comunidades tradicionais caíças da Jureia.

CONT.



Abaixo-assinado faz parte do documento

Paralelamente, foi iniciado um abaixo-assinado mostrando a indignação pela suposta utilização dos recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para patrocínio de obras e atividades que intimidam e oprimem moradores tradicionais em unidades de conservação ambiental.

Os caiçaras afirmam que já fizeram denúncias de atentado aos Direitos Humanos ao Painel de Investigação do BID, mas nada foi feito para salvaguardar que os recursos não fossem empreendidos de "maneira a desrespeitar Convenções Internacionais (Convenção 169 da OIT) das quais o Estado Brasileiro é signatário". Para os moradores, a base operacional, ao longo dos anos, mais serviu para fiscalizar a vida dos moradores da redondeza, inviabilizando a permanência e impondo a mudança para periferias de cidades próximas. "Basta lembrar que um dos filhos de Onésio Prado foi atacado por um cão (fila) que ficava no alojamento sob a justificativa de proteger o núcleo, inclusive sendo o caso judicializado", explicam, no documento.

Eles dizem que não concordam em ficar sob a vigilância de cerca de 10 guardas parques, que, segundo eles, os tratam como se fossem clandestinos na sua própria casa e de serem constantemente expostos a constrangimentos.

Os moradores locais exigem que o Governo Estadual respeite convenções internacionais e a Constituição, que prevê em seus artigos 215 e 216 que todos os brasileiros têm o direito ao pleno exercício dos direitos culturais, devendo ser protegida as manifestações das culturas populares dos grupos participantes do processo civilizatório nacional, incluindo-se as comunidades tradicionais caiçaras, cabendo à proteção deste bem ao Poder Público em colaboração da comunidade, por todas as formas de acautelamento e preservação possível.

#### Fundação

A Fundação Florestal informou ontem que o alojamento em questão não será ampliado e sim reformado (inclusive com diminuição de sua área construída atual), de modo a demolir um galpão antigo que se encontrava ao lado da construção principal, a qual terá uma pequena parte ampliada.

Segundo o órgão, em momento algum a passagem de Onésio do Prado foi impedida ou até mesmo diminuída, "muito pelo contrário, dos atuais 1,11 metro será ampliada para 5,15 metros, passagem essa que será apenas deslocada por volta de 5,5 metros da sua posição atual", informa a assessoria.

A Fundação explica que a passagem em questão é secundária e não é a única, devido à área ser plana e possuir várias trilhas que direcionam a outros lugares inclusive acessos à praia. A entidade diz que a passagem apenas é utilizada por Onésio e sua esposa que são os únicos ocupantes tradicionais residentes que utilizam este caminho para fazer o percurso entre a praia e sua atual moradia.



**Povo das Águas detecta problemas recorrentes e elabora projeto para atender ribeirinhos**

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 19.08.2014

Com uma média superior a três procedimentos por paciente, os atendimentos odontológicos realizados nesta última edição do Programa Povo das Águas, que chegou às comunidades da região do Taquari na última semana, foram parte importante dentro da programação que levou, além de ações de Saúde, Assistência e Educação para a população ribeirinha.

O coordenador de Saúde Bucal de Corumbá, Cláudio Alencar, que integra equipe do Povo das Águas, contabilizou 101 pacientes e 349 procedimentos, desde os mais incisivos como extrações até os preventivos, incluindo aplicação de flúor.

Por serem comunidades que estão localizadas numa das regiões mais distante da área urbana de Corumbá, o acesso desses moradores a serviços para a saúde e bem-estar bucal, torna-se praticamente inacessível. Somado a isso, fatores culturais contribuem para lesões severas nas estruturas dos dentes.

"Infelizmente, ainda temos um grande número de extrações porque, nessas regiões, é pregada a utilização do dente até que ele estrague na boca. Muitas vezes, o trabalho preventivo não tem como surtir efeito porque a lesão é irreversível", comentou Alencar ao revelar que já está em fase de aprovação um novo projeto intitulado "Prótese nas Águas".

"Ele consistirá na levada de profissionais até essas pessoas para a confecção de próteses, a fim de devolver a saúde, a autoestima e todos os benefícios adquiridos com uma dentição completa", comentou o coordenador.

**Avanços**

Entretanto, num comparativo com a faixa etária infantil, Cláudio observa avanços no trabalho realizado ao longo das várias edições do projeto Povo nas Águas. Ele se mostra bastante otimista com o quadro vislumbrado em várias comunidades.

"Acredito que evoluiu bastante. Ainda presenciamos casos de cáries e quadros de dor nos dentes, mas, de um modo geral, esse número reduziu sobretudo nas crianças, nessa nova geração de ribeirinhos que absorvem com maior facilidade as orientações preventivas sobre a correta escovação que sempre repassamos durante nossas visitas", afirmou.

Ele ainda explicou que a constância das visitas da equipe Povo das Águas é ponto primordial para o bom desempenho do trabalho odontológico, afinal, assim como ainda acontece na cidade, a figura do dentista é bastante temida e o ganho de confiança, a relação que se forma entre o ribeirinho e o profissional ajuda imensamente em qualquer ação dessa natureza.

CONT.



"Trabalhamos esse acolhimento. Hoje, conhecemos um a um pelo nome. Formamos ao longo desses anos, uma relação de amizade e confiança que é fundamental ao atendimento odontológico. É dessa forma que a gente busca driblar essa desconfiança que é uma característica de comunidades que vivem distantes", comentou Cláudio sobre o que, segundo ele, é uma das maiores recompensas do trabalho realizado junto às comunidades pantaneiras atendidas pelo programa Povo das Águas.

Além da assistência odontológica, o Programa oferece aos ribeirinhos demais atividades formuladas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas secretarias de Educação, Produção Rural e de Assistência Social e Cidadania, além da Defesa Civil e da Fundação do Meio Ambiente. Participam do programa médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.

O Povo das Águas tem possibilitado à Prefeitura promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das regiões das águas, envolvendo todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores para atendimento à população residente em áreas de difícil acesso, por meio de serviços de qualidade, como forma de minimizar as adversidades e proporcionando o exercício da cidadania.



## **Seminário debate ensino de história indígena e afro-brasileira nas escolas**

SÍTIO RÁDIOS EBC, 19.08.2014

*Especialista fala sobre a aplicação da Lei 11.645/08, que tem o objetivo de formar cidadãos conscientes de sua história étnica-racial*

O programa Amazônia Brasileira recebe, nesta terça-feira (19), o professor Luciano Silva, da Universidade Federal do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), que fala aos ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia sobre a aplicação da lei que torna obrigatório o ensino das histórias indígena e afro-brasileira nas escolas e universidades de todo o país. O tema será debatido, dentre outros, no VIII Seminário de Ensino de História e I Encontro Estadual de Ensino de História da UNEMAT, que será realizado em setembro deste ano.

A Lei 11.645/08, que trata da inclusão da História da África e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, especialmente nas áreas de Artes, Literatura e História Brasileira, tem por objetivo produzir conhecimentos e formar atitudes e valores capazes de educar cidadãos conscientes de sua história étnica-racial. Apesar disso, desde que entrou em vigência, a lei ainda não está sendo aplicada na maioria das escolas e universidades brasileiras. Ao contrário disso, atualmente, muitas escolas têm se atentado para o ensino da cultura afrodescendente apenas em datas específicas, como o Folclore ou Dia da Consciência Negra. Desta forma, o exercício da diversidade nas instituições de ensino fica escasso, trazendo consequências negativas para a sociedade, como o racismo.

A partir deste assunto, o professor Luciano Silva explica aos ouvintes do programa Amazônia Brasileira porque a lei ainda não está sendo implantada nas escolas e universidades do país e orienta a população incluindo alunos, pais de alunos, professores e movimentos sociais a cobrar dos responsáveis a estrutura necessária para a implementação efetiva da Lei com o ensino da verdadeira e completa história do Brasil.

Além disso, ele nos conta que didática as instituições de ensino no Brasil poderiam adotar para provocar a reflexão sobre as culturas afro-brasileira e indígena nos educandos, e nos fala porque o governo ainda não conseguiu elaborar planos estratégicos para a implantação da Lei nas escolas, bem como o Estatuto da Igualdade Racial, da Lei Federal Nº 12.288/2010.

A entrevista vai ao ar no programa Amazônia Brasileira desta terça-feira (19), a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.



---

**Aécio diz que, se eleito, avançará na desapropriação na questão indígena**

SÍTIO G1, 19.08.2014

*Presidenciável do PSDB faz visita a Dourados (MS) nesta terça-feira. Tucano falou também sobre agronegócio, segurança e municípios.*

O candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, afirmou nesta terça-feira (19) que vai avançar na desapropriação de terras para solução do conflito entre indígenas e produtores rurais caso seja eleito. Declaração do presidenciável foi dada em entrevista coletiva durante visita a Dourados, a 214 quilômetros de Campo Grande.

“Vamos buscar a paz no campo, que não será alcançada com a omissão do governo. Vamos avançar na desapropriação de terras”, declarou o tucano. Questionado sobre como faria isso, Aécio disse que vai conversar com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e incluir a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no processo.

Ainda sobre o campo, o peessedebista destacou que é preciso mais investimentos em logística e infraestrutura, com melhorias nas estradas, hidrovias e ferrovias, pois “da porteira para dentro, existe uma excelência”.

Sobre segurança pública, o candidato do PSDB frisou que a região de fronteira necessita de mais investimentos. “Temos que equipar mais a Polícia Federal. O Ministério da Justiça passará a ser o Ministério da Segurança Pública e da Justiça. Os recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo de Segurança Pública serão usados, não serão contingenciados”, afirmou.

Aécio pontuou ainda que tem “um projeto para o Brasil [...] que possa fortalecer os municípios.”

#### Agenda

O presidenciável participa de ato de campanha em Dourados com o candidato tucano ao governo de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com o candidato ao Senado Antônio João (PSD) e com candidatos a deputado.

A visita começou na Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), onde Aécio deu entrevista coletiva e conversou com empresários. Depois, o candidato participa de carreata pelas principais ruas da cidade e faz caminhada em uma praça. O ato político termina com uma reunião de apresentação de propostas no Clube Nipônico Sede Campo.



---

**Economia verde: o capitalismo em sua fase surreal**

SÍTIO CIMI, 19.08.2014

Algum dia da sua vida você chegou a imaginar que a espiritualidade dos povos indígenas poderia ser comprada? Nos seus piores sonhos, pensou em pagar pelo trabalho de polinização que as abelhas realizam desde que o mundo como conhecemos hoje é mundo? Concebeu que uma paisagem teria um valor definido em uma bolsa de valores? Ou, ainda, acreditou que seria possível pagar pelos conhecimentos milenares de comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais e as quebradeiras de coco?

Mesmo considerando que os povos do Sul global foram, desde o início dos processos de colonização, literalmente roubados pelos países do Norte – através da intensa exploração mineral, da extração de madeira e biodiversidade, da usurpação de conhecimentos tradicionais e da escravidão –, as perguntas acima soam como surreais e inimagináveis. Isso se deve ao fato de que essas situações colocadas remetem a uma fronteira extremamente radical do capitalismo: a financeirização da natureza – que, aliás, só seria possível através da privatização da natureza.

O pior é que essa “financeirização e privatização da natureza” tornou-se realidade. Isso mesmo, há vários anos os capitalistas trabalham no sentido de privatizar e financeirizar os elementos da natureza – água, terra, ar, fauna, flora, conhecimentos dos povos tradicionais – e as funções essenciais – fotossíntese, retenção de carbono, polinização, transporte de sementes pelos pássaros – que a natureza realiza para garantir a própria vida na Terra, não somente de humanos, mas de todos os seres vivos.

Claro está que para os mercados mundiais, para quem o que importa é a maximização dos lucros, o comércio de serviços ambientais representa uma nova e promissora fonte de lucratividade.

No entanto, a imensa maioria da população brasileira e mundial não sabe o que significa esta proposta macabra e assustadora que evolui rapidamente nos escritórios do Banco Mundial, de algumas das ONGs conservacionistas mais ricas do mundo, que ainda se aliam a corporações historicamente reconhecidas como destruidoras do meio ambiente, como a Shell, a Dow Chemical, a BHP Billiton, a British American Tobacco, a Petrobras e a Vale.

Como é comum em ocasiões que interessam aos poderes hegemônicos do capital, a proposta é baseada em conceitos bastante abstratos, de difícil compreensão e com um vocabulário repleto de termos em inglês e de um sem fim de siglas que parecem uma sopa de letras: CO2, IPCC, Redd, MDL, Waves, GEE, UNFCCC, PSA, Teeb, Nama, CCRA, COP, MEA...

Ou seja, é explícito o vasto desconhecimento sobre o tema das mudanças climáticas, sempre retratado pela mídia de modo alarmista, superficial e descontextualizado e, ainda, sujeito das

CONT.



distorções feitas em nome dos interesses corporativistas. Esta nova fronteira do capitalismo, a “verde”, se coloca como heroína, no sentido de apresentar os mecanismos e instrumentos necessários para ou “mitigar” ou atenuar os problemas climáticos e econômicos. E, assim, ela chega mascarada de “verde”, “sustentável”, “ecológica”, “florestal” e, agora, até mesmo “holística”.

No entanto, considerando seus principais “mentores” e a insistente recusa dos países industrializados – historicamente responsáveis pela poluição do planeta e de sua atmosfera – em se comprometerem com a diminuição de suas emissões de gases de efeito estufa (considerados os responsáveis pelas mudanças climáticas), fica evidente que o capitalismo verde é uma falsa solução.

Além de desconsiderar a dívida climática que estes países têm com os povos do Sul global – afinal, foi através do consumo desenfreado de combustíveis fósseis e da apropriação de bens comuns que eles cresceram economicamente –, esta proposta ainda pretende, através de mecanismos de “compensação”, colocar nas costas destes povos – que sempre preservaram os seus territórios – um ônus consideravelmente maior.

Através da perda da autonomia e do controle dos territórios pelas populações tradicionais, pretende-se impedir que a caça, a pesca, o roçado e outras atividades necessárias para garantir a sobrevivência destes povos continuem a ser feitas de modo a “compensar” as ações de destruição e poluição feitas pelas corporações, porque elas não pretendem mudar o seu modo de produzir.

Grave é a constatação de que muitos projetos do capitalismo “verde” já estão implementados no Brasil e em outros países. E as comunidades tradicionais e os povos indígenas estão diretamente ameaçados por eles.

#### Ofensiva à vista

A próxima Conferência das Partes (COP) das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 20) será realizada em Lima, no Peru, em novembro de 2014, e deverá avançar no sentido da normatização de uma legislação internacional para os mecanismos da economia verde. Processo que, provavelmente, será finalizado na COP 21 a ser realizada em 2015, em Paris, na França (país industrializado, localizado no Norte global). A partir daí, o caminho estará traçado para as legislações nacionais e as corporações poderão contar com uma segurança jurídica para suas empreitadas. Assim, rasga-se a Constituição Federal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras normas e legislações que garantem o direito dos povos indígenas e tradicionais aos seus territórios.

Diante desta nova estratégia do sistema capitalista e de suas instituições, corporações e ONGs aliadas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mais uma vez, coloca-se ao lado dos povos indígenas e na defesa de seus direitos. Articulados com outros parceiros, nos próximos dias, estaremos resgatando algumas análises e publicações que contribuem para a reflexão e para uma perspectiva crítica sobre o capitalismo “verde”.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 145 / 2014

Brasília, 20 de agosto de 2014.

Nesse sentido, estaremos empreendendo esforços para compreender as propostas e os mecanismos, suas consequências e impactos na vida dos povos; para compartilhar essa compreensão e as análises feitas a partir dela; e para resistir, seja contribuindo para a organização dos povos seja ressaltando a perspectiva milenar do Bem Viver. Através dela, os povos indígenas estabelecem uma relação de harmonia com os outros seres e com a natureza - não baseada no produtivismo e na competição, algumas das causas da atual crise civilizatória que vivemos.

Na convivência com os povos indígenas, percebemos que são eles, com seus conhecimentos e sabedoria, as fontes inspiradoras para um outro tipo de modelo de sociedade onde o "ser" prevaleça sobre o "ter", enfim, para uma real sociedade do futuro.



---

**CONANDA apura suicídios de índios adolescentes**

SÍTIO BLOG DO SIDNEY REZENDE, 19.08.2014

Carlos Nicodemos

O CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, órgão deliberativo e controlador das políticas de proteção especial dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, deliberou em sua última assembleia, nos dias 13 e 14 de agosto de 2014, apurar a situação das mortes por suicídio de adolescentes da aldeia Guarani-Kaiowá, localizada no estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com dados apurados pelo Portal Fórum ([www.revistaforum.com.br](http://www.revistaforum.com.br)), entre os anos de 1986 a 1997 foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá.

Os números são assustadores, pois apontam que nos últimos dez anos o suicídio praticamente triplicou, registrando entre 2000 a 2013, 684 casos.

Estes dados foram consolidados nos relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MS) denominado "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", que já tratamos aqui no Blog Minuto Brasileiro.

O Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF) em Dourados (MS) investiga o caso e aponta não somente a falta de programas que possam atender as demandas dos povos indígenas, mas também a prática recorrente de discriminação e ódio étnico da sociedade local.

Para além da ausência das políticas necessárias do Poder Público, somos sabedores que o processo histórico de demarcação de terra indígena no Brasil é a principal causa deste cenário desolador.

Pode-se citar como exemplo a densidade demográfica em Dourados que é acima de qualquer média nacional, demonstrando bem a política que se adotou nos últimos anos no Brasil sobre este tema para o povo indígena.

Verdade que, a entrada do CONANDA nesta agenda, sob o entendimento de que crianças e adolescentes indígenas estão com seus direitos humanos violados, pode ser mais do mesmo em relação a tantos outros órgãos que estão fazendo a gestão desta agenda social.

Por outro giro, se através do CONANDA, a sociedade civil organizada, neste caso do segmento dos direitos das crianças e adolescentes, der o tom de exigibilidade na adoção de medidas urgentes, fugirá da vala comum da burocracia poder público e poderá dar luz ao problema e apontar caminhos resolutivos.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 145 / 2014

Brasília, 20 de agosto de 2014.

Esperemos que na dinâmica do verdadeiro interesse dos direitos humanos infanto-juvenis, o CONANDA possa fazer valer o superior interesse dos adolescentes, afinal este quadro suicida é, na modernidade do estado civilizatório, sem sombra de dúvidas, um dos piores rebaixamentos éticos da sociedade moderna brasileira.



**Incra se posiciona sobre conflito com quilombolas em Paranã e diz que não possui acordo para prover a delegacia de conflitos agrários**  
SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 19.08.2014

O Incra do Tocantins prestou esclarecimentos por meio de nota sobre os remanescentes quilombolas de Campo Alegre, em Paranã/TO, na Fazenda Santana, que foram ameaçados por homens armados em disputa por suas terras. Segundo o órgão, as denúncias de conflitos agrários na região foram encaminhados pelo Incra à Delegacia de Repressão a Conflitos Agrários (Derca) para apuração dos fatos relatados pelos remanescentes quilombolas.

Entretanto, em entrevista ao Conexão Tocantins nesta última segunda-feira, 18, o delegado de Conflitos Agrários do Estado, Ricardo Moreira de Toledo Sales, afirmou que o Incra manteve acordo com o Estado para manter as condições de deslocamento da delegacia, no entanto, segundo ele, o órgão não estaria honrando com o compromisso firmado.

O Incra por sua vez, esclareceu ao Conexão Tocantins que a autarquia não possui acordo com o Estado do Tocantins para prover de infraestrutura da Derca e que o convênio foi firmado entre a Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins visando a aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, armas e viaturas para estruturar duas unidades da Derca para repressão de conflitos agrários.

Ainda segundo o órgão, a execução do convênio no valor de R\$ 999.374,78 é de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins. O Incra ainda esclareceu que não faz parte do citado convênio e não é responsável pela gestão e nem pela fiscalização do mesmo.

O Incra, entretanto, informa que realiza o pagamento de diárias para os deslocamentos dos policiais civis a campo com recursos da Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e que as diárias dos policiais civis em atraso serão regularizadas a partir desta semana, por haver descentralização de recursos para a quitação dos débitos.

#### Comunidades Reconhecidas

De acordo com o Incra, em fevereiro deste ano, no Estado, as comunidades quilombolas Claro, Prata e Ouro Fino, foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e, segundo o órgão, os remanescentes em questão vivem na região conhecida como Campo Alegre que não está localizada no território quilombola Kalunga do Mimoso, situado entre os municípios de Arraias e Paranã, que possui processo de regularização em andamento.



## **Cultura indígena é tema do Armazém Universitário**

SÍTIO UFMT, 19.08.2014

A interação entre acadêmicos, servidores, docente e moradores do entorno da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) extrapola os limites e chega até as aldeias indígenas, ou melhor, é a universidade que se transforma em uma grande aldeia, como espaço de coesão. É que os índios vão ser protagonistas de mais uma edição do Armazém Universitário, nesta sexta-feira (22), a partir das 18 horas, ao apresentar algumas de suas manifestações artísticas.

Caso dos chiquitanos, que além de apresentar a dança da seriema e a música cantada na língua materna, participa ainda com o grupo Niósch Haukiná (Sementes Nativas), internacionalmente conhecidos por conta de seus violinistas. As duas primeiras apresentações ficam a cargo dos chiquitanos da terra indígena Portal do Encantado, enquanto a música executada ao vivo, leva a assinatura da terra indígena Vila Nova Barbecho.

As ações desta nova versão do Armazém Universitário são desenvolvidas pela Gerência de Projetos Culturais, da Pró-reitoria de Cultura (GPC), Extensão e Vivência (Procev), em parceria com o Programa de Inclusão Indígena (Proind) "Guerreiros da Caneta", da UFMT. "O evento tem a intenção de apresentar e valorizar a presença das diversas etnias indígenas presentes tanto na universidade como também na sociedade brasileira", destaca a responsável pela GPC, Maria Helena Coradini.

Além das apresentações indígenas, o evento vai contar ainda com a comercialização de arte indígena, bazar de livros de autores indígenas, CD's e DVD's produzidos pelos realizadores nativos, pintura corporal, culinária tradicional, uma exposição fotográfica e a presença do músico indígena Luciano Pareci tocando sertanejo.

A venda dos produtos tem a intenção de fortalecer a sustentabilidade e fomentar a cadeia criativa e econômica entre os povos que estarão expondo seus produtos. Para mesclar as culturas, além das atrações de várias etnias indígenas, haverá também a participação da banda Moden e da musicista Mariana Borealis.



---

**Conselheira Federal lança livro sobre biopirataria e povos indígenas**

SÍTIO OAB/MS, 19.08.2014

A Conselheira Federal e presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri, lançou nessa segunda-feira (19), o livro "Biopirataria e povos indígenas". A solenidade, realizada no Conselho Federal, em Brasília, foi acompanhada pelo presidente da OAB/MS, Júlio Cesar Souza Rodrigues, pelo vice-presidente da Seccional, Mansour Elias Karmouche, o secretário-geral Adjunto, Victor Jorge Matos, e o diretor tesoureiro Elvio Gusson.

Baseado em sua tese de doutorado, defendida em 2011, o livro escrito por Samia discute a prática da biopirataria, que transforma a biodiversidade em produto, em que são apropriados a cultura, saberes e medicina tradicional dos povos indígenas sem a repartição equitativa dos lucros obtidos com a venda dos produtos. A publicação expõe a existência de dois mundos, onde, de um lado o capitalismo visa o lucro a qualquer preço, de outro, está o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas.

"É preciso lutar para que os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade mantendo sua identidade cultural preservada, buscando novos mercados consumidores", ressalta a advogada. Para Samia, a ampliação da venda dos artesanatos e produtos indígenas incentiva a etnossustentabilidade e o etnodesenvolvimento.

Samia Barbieri também é autora do livro Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito à Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. As duas publicações são editadas pelo Grupo Almedina. O lançamento contou ainda com a presença dos membros da Comissão da Mulher Advogada, da Copai e da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Concevid), Mara de Azambula Salles, Neyla Mendes, Rosângela Lieko, Arlete Povh e familiares da autora, como os irmãos Soraia e João Jordy.



---

**Mostra de cinema indígena Aldeia SP acontece até sexta feira na capital**

SÍTIO BRASIL DE FATO, 19.08.2014

Mostra traz 34 filmes realizados por povos indígenas de 15 diferentes etnias localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste

Da Redação

Começou em São Paulo na última sexta-feira (15) a mostra de filmes Aldeia SP, que tem o objetivo de difundir a diversidade indígena na cidade. Nesta primeira edição do evento, que vai até o dia 22, haverá sessões no Centro Cultural São Paulo e em 13 Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Ao todo, serão exibidos trinta e quatro filmes realizados por povos indígenas de 15 diferentes etnias localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, além de um ritual, shows e rodas de conversa com lideranças e cineastas de diversas etnias situadas no Brasil.

Entre os cineastas convidados para esta edição estão Nilson Saboia Huni Kuin, Morzaniel Iramari Aranariutheri, Shane Huni Kuin, Mauro Môcha Katukina, entre outros. Além de terem seus curtas-metragens exibidos, eles participam de um bate-papo com o público antes de algumas sessões.

Os curtas-metragens exibidos são produtos dos cursos de formação de jovens cineastas indígenas promovidos pelos Pontos de Cultura Indígena. Após as exhibições dos filmes, haverá debates com os cineastas e lideranças indígenas de todo o Brasil. Entre 19 e 22 de agosto, 13 unidades do CEU irão exibir curtas-metragens durante todo o dia. As exhibições ocorreram na parte da tarde, entre 14h e 16h, e durante a noite entre 19h30 e 21h30.

Com informações da assessoria de imprensa



---

**Indígenas decidem pôr fim ao bloqueio**

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 19.08.2014

Letícia Kathucia, especial para o GD

Após reunião que durou mais de 5h, indígenas da etnia Enawenê-Nawê liberaram o trecho da BR-174, próximo ao município de Comodoro (644 km a Oeste de Cuiabá), bloqueado desde o último domingo (17). O tráfego de veículos, antes restrito aos motoristas que pagassem valores entre R\$ 50 e R\$ 100, foi liberado a todos às 10 horas da manhã desta terça-feira (19). Uma nova reunião, para tratar das reivindicações do grupo, está marcada para o dia 21 de agosto.

A decisão foi tomada após reunião entre a Polícia Rodoviária Federal, Funai, procuradores federais e lideranças indígenas. Entre as reivindicações dos indígenas estava a construção de uma ponte e melhorias em uma via que dá acesso à aldeia. Aproximadamente 150 índios estavam realizando cobranças do pedágio.

De acordo com a PRF após reunião de intensas negociações o grupo se propôs colocar fim ao bloqueio na BR-174, hoje pela manhã. Uma nova reunião está marcada para a próxima quinta-feira (21), onde serão discutidas as reivindicações dos indígenas. Participaram também representantes da Prefeitura de Comodoro. Os índios ameaçam ainda a retomada do bloqueio caso não sejam atendidos.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta



---

**Segurança do trabalho em áreas indígenas é tema de audiência pública**

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 19.08.2014

O Ministério Público do Trabalho em Roraima (MPT 11.<sup>a</sup> Região) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) realizam nesta quinta-feira (21), a partir das 8h30, uma audiência pública para debater questões relacionadas à saúde e à medicina do trabalho nos territórios indígenas do Estado de Roraima.

O debate visa, ainda, esclarecer circunstâncias econômicas, técnicas e científicas, especialmente no que tange à garantia da segurança e saúde dos agentes indígenas que trabalham nas terras ocupadas pelos índios, sem que haja prejuízo dos costumes e tradições indígenas.

A audiência será realizada no auditório da sede do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, na Praça do Centro Cívico, s/n, Centro.

A audiência pública, de caráter judicial, tem como base a ação civil pública proposta pelo MPT/RR em face da Missão Evangélica Caiuá, organização não-governamental contratada pela Secretaria Especial de Saúde (Sesai), para prestar serviços relacionados a saúde nos territórios indígenas, em especial nos Distritos Sanitários Yanomami, Ye'Kuana e Leste. Os agentes de saúde indígena que prestam auxílio nos pólos-base das reservas indígenas de Roraima estão submetidos a situações degradantes no ambiente de trabalho.

O debate vai reunir, além do MPT e a Justiça do Trabalho, representantes da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Roraima, do Tribunal de Justiça do Estado, da Assembleia Legislativa, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Secretaria Especial de Saúde (Sesai), do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur).

Fonte: MPT



---

**Secretaria de Assistência Social realiza ação social em Aldeias Indígenas de Laguna**  
SÍTIO LAGUNA NEWS, 19.08.2014

Por Simone Burin

A Prefeitura Municipal de Laguna Carapã, através da Secretaria Municipal de Assistência Social realizou Ação Social nas Aldeias Indígenas do município. A Ação foi realizada na Aldeia Guaimbé Peri e na Aldeia Rancho Jacaré e contou com o apoio da Secretária de Estado de Assistência Social, da Funai e do 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada (11º RCMEC) do Exército Brasileiro.

O objetivo da ação, segundo a secretária de Assistência Social Vera Bilibio, é contribuir para a garantia do acesso da população à documentação básica, “essa foi a primeira etapa da ação, onde fizemos um levantamento para a emissão de documentação básica para as comunidades indígenas, com o foco no registro civil de nascimento, que é o primeiro documento do cidadão”, explicou a secretária. Foram atendidas mais de 500 pessoas que precisavam de documentação básica: Registro de nascimento, CPF, RG, carteira de Trabalho, etc.

Segundo o prefeito Itamar Bilibio, essa ação quer assegurar os direitos básicos da população ao acesso à documentação, “a secretaria de Assistência Social vem desenvolvendo um trabalho para garantir os direitos que todo cidadão tem, essa ação faz parte desse trabalho e tem o objetivo de ampliar o acesso à documentação civil básica, sem a qual os cidadãos não podem usufruir de serviços essenciais”, salientou o prefeito.

A Ação tem como meta conscientizar as pessoas e assegurar que todos, crianças e adultos, não fiquem sem o registro civil de nascimento. O documento é gratuito para todas as idades. Também busca alcançar as pessoas excluídas por barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais.

Dados do censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil tem quase 600 mil pessoas entre 0 e 10 anos sem Registro Civil de Nascimento. A Certidão de Nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania no País. É gratuita e indispensável. Sem o documento, meninos e meninas ficam privados de seus direitos fundamentais, sem acesso aos benefícios sociais. Sem ela, adultos não podem obter a carteira de identidade, CPF e outros documentos.



**O média metragem 'Matem... os outros' foi filmado em Mato Grosso do Sul pelo cineasta daqui Reynaldo Paes de Barros**

SÍTIO DOURADOS AGORA, 19.08.2014

O Marco (Museu de Arte Contemporânea) exibiu ontem em Campo Grande dois trabalhos do cineasta sul-mato-grossense Reynaldo Paes de Barros. Os filmes 'Confissão' e 'Matem... os outros' são curtos, têm 17 e 27 minutos, respectivamente. No entanto, despertaram furor em um grupo que defende os direitos indígenas. Os ativistas do Coletivo Terra Vermelha exibiram cartazes e gritaram palavras de ordem ao fim da apresentação.

Entre as palavras de ordem estavam: "Viva os povos indígenas de Mato Grosso do Sul", "Viva Marçal de Souza", "Viva Nísio Gomes" e "Viva Oziel". Todos os nomes de índios mortos ou envolvidos à causa.

Segundo o site do Coletivo, uma das ativistas, Regina Martins, disse que achou que o filme, ao contrário do que o diretor afirmou, não tem neutralidade, aparentemente faz uma crítica sobre a posição dos fazendeiros, mas é falsa. "Na verdade, é um filme racista, preconceituoso, que reforça estereótipos negativos, que já existem a respeito do comportamento dos povos indígenas, estereótipos criados e gerados pelos próprios dominadores".

A crítica sobrou até para o Governo do Estado. "Quando o Governo do Estado, através da Fundação de Cultura, banca esse tipo de filme, também está ajudando proliferar esse discurso, está patrocinando o genocídio, e deve responder por isso", disse Regina.

O diretor Reynaldo Paes de Barros, saiu do Marco com a chegada da Polícia Militar e teria dito que "é livre para filmar o que quiser" e que as pessoas não compreenderam o média.

No site, os membros do Coletivo Terra Vermelha afirmaram que vão acionar o Ministério Público Federal, denunciando o teor do filme, considerado racista. Antes da exibição, ao site da Fundação de Cultura de MS, o cineasta falou sobre o filme "Matem...Os outros!". Segundo ele, era um média metragem sem maniqueísmo, que "apresenta uma visão contundente do conflito de terras entre fazendeiros e índios em Mato Grosso do Sul". "São filmes para um público adulto em que conceitos e preconceitos são expressos livremente e que pretendem instigá-lo e levá-lo a uma reflexão", havia comentado Reynaldo Barros.

O 'eixo principal' do Coletivo é a "defesa intransigente da luta pela terra e pelos direitos dos povos indígenas, nessa esfera, apoia a demarcação das terras indígenas e a luta e organização dos povos indígenas".

Crítica

Segundo o Coletivo publicou no próprio blog, "o filme narra à história de dois fazendeiros que estão na estrada com o carro quebrado, pegam carona com dois paulistas até Sidrolândia, município que ficou conhecido nacionalmente devido o assassinato do terena Oziel durante a

CONT.



---

ação de reintegração de posse da fazenda Buriti”.

O blog condena o diálogo entre os personagens, exclusivamente sobre a questão indígena. “Os fazendeiros demonstram uma visão totalmente preconceituosa, afirmam que os índios invadiram suas terras, que compraram a terra legalmente, pois possuem a escritura pública, que o Estado não indeniza e faz tudo que os índios pedem - e a FUNAI seria a mentora dessa relação injusta”.

Segundo o blog, o filme “reforça o estereótipo de que os indígenas são todos preguiçosos, vagabundos e alcoólatras”. “Verifica-se aqui aquele velho discurso ruralista, os índios não decidem sozinhos as “invasões” de terras, tem que ter sempre alguma entidade por trás os influenciando”.



## **Homens armados ameaçam remanescentes quilombolas no Tocantins**

SÍTIO O PROGRESSO, 19.08.2014

(Paranã-TO) - Famílias remanescentes dos quilombolas Calunga que residem na Fazenda Santana, região de Campo Alegre, em Paranã do Tocantins, estão enfrentando ameaças de homens armados nos últimos dias. O delegado de conflitos agrários do Estado, Ricardo Moreira de Toledo Sales, afirmou à imprensa na manhã desta segunda-feira, 18, que os remanescentes ganharam o direito a propriedade daquela terra pelo Governo Federal e que fazendeiros estão em pé-de-guerra para manterem posse das terras.

Segundo o delegado, o conflito iniciou por volta do dia 13 deste mês e o maior problema é que o Incra do Tocantins não demarcou a área, deixando os fazendeiros na região achando que serão desapropriados aleatoriamente, acarretando em ameaças a comunidade. "Isso faz com que para tentarem se manter na posse, (os fazendeiros) armem pessoas para tentar espantar o povo da região", afirmou o delegado.

Ainda segundo o delegado, o Incra manteve acordo com o Estado para manter as condições de deslocamento da delegacia, no entanto, não honra com o acordo, o que acarreta em falta de condições para cumprimento de denúncias. "Esse final de semana como nos ligaram apavorados estou mandando a minha equipe mesmo sem condições. O Incra não está nos honrando com a parte deles. O pessoal está indo sem condições nenhuma. Essas ações são de responsabilidade da minha unidade policial. Estou fazendo tudo para tentar chegar lá. Até agora não pudemos fazer nada porque infelizmente estamos com dificuldades", salientou.

### **Morador da região**

Um morador na região afirmou durante entrevista que foi ameaçado no dia 13 de agosto com um espingarda na cabeça. "Estava trabalhando e chegaram dois caras enfiando a espingarda em nós, dizendo que as terras eram deles e que a gente tinha que vazar porque se não ia ficar pior pra nós. Para não perder a vida tivemos que largar tudo, deixamos tudo, não deixaram levar (sic)", afirmou.

Ainda segundo o morador, os homens armados afirmaram ser policiais, mas ao ir a delegacia ficou constatado pela polícia local que não se tratavam de policiais. "Moro perto da fazenda há 39 anos e nunca tinha visto esses homens. A situação não tá fácil, mas acredito em Deus que tudo vai ser resolvido. Pessoas nascidas e criadas na região sendo ameaçadas por fazendeiros que nunca foram vistos", desabafou. Grande maioria dos moradores da Fazenda Santana e região trabalham nas roças.

O assessor Técnico dos Afrodescendentes do Estado, André Luíz Gomes da Silva, afirmou que as comunidades daquele entorno foram certificadas como remanescentes de quilombo, porém ainda não foi feito a titularização da terra. Segundo ele, os calungas envolvidos no conflito são

CONT.



da mesma família dos Calungas de Goiás e são da mesma família dos calungas de Mimoso de Arraias do Tocantins. "Então a família é uma só, por isso que são identificados como Calungas, mas pertencem ao município de Paranã e são certificados como remanescentes de quilombo no município de Paranã", afirmou.

#### Diretor de Igualdade Racial

O diretor executivo de igualdade racial de Paranã, Enedino Benevides Neto, também ouvido afirmou que uma família composta por 5 pessoas e mais um senhor quilombola de outra família estão envolvidos no conflito da Fazenda Santana. Segundo ele, o que está havendo é uma divergência jurídica com a terra que está em litígio com um fazendeiro e que o processo ainda não terminou e as divergências estão em termos de direitos de plantar e de fazer qualquer outro tipo de trabalho na terra.

Segundo ele, a documentação mostra que os remanescentes ganharam o direito a propriedade das terras, porém, segundo ele, houve uma apelação com recurso. De acordo com Enedino Neto a família calunga habita na região há mais de dois séculos e estão lá desde antes a abolição da escravatura. "De lá pra cá houve a entrada dos fazendeiros que foram adquirindo as terras. Agora a situação dessas terras na Fazenda Santana tem haver com compra e venda de áreas dentro da fazenda, que foram vendendo, comprando e ai complicou [...] e começou a gerar essa situação de litígio. É uma fazenda dentro de uma área quilombola que já é reconhecida, ela é oficialmente quilombola, é reconhecida pelo Governo Federal e está em processo de legalização fundiária pelo Incra, está em fase inicial", disse ele.



## **Atendimentos médicos e alternativos garantem qualidade de vida a ribeirinhos**

SÍTIO PREFEITURA DE CORUMBÁ, 19.08.2014

Exercendo a medicina há mais de 40 anos, Antônio Juliano de Barros é um dos médicos do programa Povo das Águas, que esteve na última semana, atendendo as comunidades da região do Taquari, região de difícil acesso dentro do mapa pantaneiro.

Nascido na região, o médico avalia as drásticas mudanças sofridas pela população ao longo das últimas décadas e explica que o Programa Povo das Águas necessita, agora, avançar uma nova etapa ao planejar medidas de médio e longo prazos na área da Saúde.

“Nas primeiras viagens, o número de atendimento era absurdo, hoje, é razoável. Se começarmos a diminuir o número de atendimentos significa que o trabalho, a presença nossa está funcionando. Além do atendimento básico, de rotina na área de saúde é preciso que se pense mais profundamente, se não a gente vai passar remédio de verme todo ano para as crianças e não vamos ter resultados práticos, é preciso que se melhore a qualidade da água”, comentou.

“A gente tenta mostrar algumas técnicas para melhorar a qualidade de água, como utilizar duas gotas de água sanitária (hipoclorito de sódio). Temos que persistir nesse trabalho educativo de higiene”, avaliou.

Essa profunda relação dos ribeirinhos com o fluxo das águas interfere em toda manutenção da saúde. Em época de cheia, como a atual, a interação com água acontece de forma constante, o que implica numa série de problemas. “Percebemos muitos casos de micoses, além de infecções intestinais, principalmente em crianças”, conta.

A Prefeitura de Corumbá, por meio da Secretaria de Governo, informou que já recebeu as sugestões do médico do programa Povo das Águas e está estudando uma forma de adquirir materiais, de preferência, filtros, para futura distribuição à população atendida com as ações e, assim melhorar a qualidade da água para consumo nessas localidades. Além disso, afirma que colocará em pauta novas formas de atendimento que supram outras demandas que não sejam emergenciais dessas populações.

Sem dor

Considerado um tratamento alternativo, a acupuntura está sendo associada ao tratamento médico para o alívio de dores em ribeirinhos que, com a desgastante rotina de trabalho braçal, acabam cometendo excessos posturais.

“Como a maioria são pescadores, não é raro relatos de fortes dores nos braços, ombros e costas. Atendemos o caso de uma senhora que convivia há pelo menos 60 dias com uma forte dor nas costas e, após a sessão de acupuntura, ela disse ter saído aliviada”, comenta o

CONT.



---

fisioterapeuta e acupunturista Marcelo Araújo.

“Não podemos nem dizer que houve um receio na aplicação do tratamento que usa as agulhas. Como a região fica distante de qualquer ajuda, quando propomos o tratamento, temos boa receptividade”, diz.

#### Material exclusivo

De acordo com o profissional, de forma geral, os homens apresentam quadros recorrentes de dores lombares, enquanto as mulheres, nos ombros. Para evitar o surgimento de novos casos, a ação mais intensificada dentro da fisioterapia é a associada à prevenção.

Um material educativo foi confeccionado especialmente para os ribeirinhos, mostrando 10 diferentes formas de alongamento, englobando desde a cabeça até os pés. Os panfletos são distribuídos durante as orientações de como aplicar corretamente cada exercício.



## **Qualidade de Vida**

SÍTIO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA, 20.08.2014

### *Prefeitura Municipal participa de Audiência sobre quilombolas*

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Alagoinhas e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) CAMPUS II/ Alagoinhas, a Câmara Municipal de Vereadores realiza nesta quarta-feira, 15, a partir das 8h30, Audiência Pública que vai discutir o tema "Qualidade de Vida nos Quilombos de Alagoinhas". A audiência vai contar com a participação de membros, autoridades políticas além de convidados e representantes das secretarias municipais de Cultura Esporte e Lazer (SECEL), Educação (SEDUC), Saúde (SESAU), Agricultura (SEMAG), Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEA) e Assistência Social (SEMAS).

O evento tem como objetivo facilitar o intercâmbio entre os quilombos de Alagoinhas e os governos federal, estadual e municipal, além de reuni-los com os representantes governamentais para conhecimento recíproco e apresentação de seus problemas ou soluções. Também serão identificadas as comunidades quilombolas do município, sejam elas reconhecidas ou não, além da mediação da construção de uma agenda política e uma pauta de reivindicações das comunidades quilombolas.

A cerimônia de abertura do evento está dividida em blocos. No primeiro, às 9h30, exposição sobre "Anemia Falciforme", pelo professor Altair Lira da Federação Nacional dos Portadores de Anemia (FENAFAL); apresentação de pauta de reivindicação dos quilombolas e assinatura de acordos e convenções. No segundo bloco está previsto exposição sobre "Educação Quilombola: limites e possibilidades", pela professora Cristina Ferreira, secretária de Educação de São Francisco do Conde; apresentação de pauta de reivindicação dos quilombolas; assinatura de acordos e convenções. No terceiro haverá palestra ministrada por Verônica Aguiar sobre "Direito e Posse dos Territórios Quilombolas em Alagoinhas"; apresentação de pauta de reivindicação dos quilombolas; assinatura de acordos e convenções. No quarto e último bloco encerramento com palestra sobre "A realidade ambiental nas comunidades quilombolas", com Roque Costa; apresentação de pauta de reivindicação dos quilombolas; assinatura de acordos e convenções.



---

**Quilombolas fecham rodovia em protesto**

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 20.08.2014

Moradores do ramal do Bom Futuro, na rodovia dos Quilombolas, em Moju, fecharam ontem pela manhã a rodovia PA-150. Eles protestaram contra a situação do ramal que se encontra quase sem condições de trafegabilidade. Segundo os moradores, na noite anterior, um ônibus escolar quase sofreu um acidente ao desviar dos buracos. A rodovia foi liberada no início da tarde.

Hoje, moradores da Comunidade São Bernardino também prometem bloquear a rodovia. Na comunidade vivem cerca de 200 famílias. Em uma reunião em maio deste ano na Secretaria Especial de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (Seinfra), foi acordado entre os líderes do governo e os quilombolas a recuperação total da rodovia, com serviços de ampliação, empiçarramento e recuperação das cinco pontes. Além de serviços de imprimação asfáltica em frente às vilas beneficiadas com o projeto e a recuperação do ramal da Conduta, que interliga a PA-252 e rodovia dos Quilombolas.

O maquinário até chegou ao local. Porém, os moradores afirmam que os técnicos só fizeram a raspagem e taparam buracos nos pontos críticos da rodovia. Em protesto, eles fecharão a rodovia por tempo indeterminado e prometem somente liberar o tráfego quando um representante da Secretaria de Infraestrutura for até o local.

Mais de 30 comunidades, somando cerca de mil famílias, moram no entorno da rodovia dos Quilombolas. A via é uma alternativa para o fluxo de veículos que seguem de Moju com destino ao sul do Pará. A Seinfra informou que tem uma equipe do órgão na região do Moju e que hoje iria verificar a situação dos moradores.

(Diário do Pará)



**Nota Pública – CPT denuncia e repudia onda de violência no campo**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

A diretoria e a coordenação executiva nacional da CPT divulgam Nota Pública onde denunciam e repudiam a onda de violência no campo, intensificada nos meses de julho e agosto desse ano. Além das 4 mortes na última semana, no mês de julho, em apenas 20 dias, a CPT registrou 7 assassinatos. De acordo com informações do Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino, em 2014 já foram registrados 23 assassinatos em conflitos no campo, sendo que mais 3 estão sob averiguação. Confira os dados parciais de assassinatos em 2014, em anexo na matéria.

**CPT**

A Diretoria e a coordenação executiva nacional vêm a público se manifestar diante da onda de violência no campo na semana de 10 a 17 de agosto, com o assassinato de três trabalhadoras e um trabalhador. Mais uma vez são mortes anunciadas, sem que se tomem as devidas providências para evitá-las.

Na terça-feira, 12, no sudeste do Pará, Maria Paciência dos Santos, 59, foi atropelada por um caminhoneiro que avançou sobre os 1.500 manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que marchavam pela BR-155, chamando a atenção para o descaso com a Reforma Agrária. O local é próximo à curva do "S", onde ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. O trânsito estava liberado em uma faixa, mas foi bloqueado pelos manifestantes após o brutal assassinato de Maria, que morreu na hora.

Na quarta-feira, 13, foi assassinada a tiros a ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de União do Sul, em Mato Grosso, Maria Lúcia do Nascimento, que morava no assentamento Nova Conquista II. Tanto ela quanto outras famílias assentadas e dirigentes do Sindicato de Trabalhadores na Agricultura local, já haviam sofrido ameaças do dono da fazenda, Gilberto Miranda, registradas em Boletins de Ocorrência e em atas de denúncias feitas diretamente ao Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. As ameaças foram testemunhadas, inclusive, por oficiais de justiça.

No sábado, 16, o Presidente da Associação ASPRONU (Associação de Produtores Rurais Nova União), Josias Paulino de Castro, 54 anos, e sua esposa, Ireni da Silva Castro, 35 anos, foram assassinados, no Distrito de Guariba, Município de Colniza, MT. Em 5 de agosto, Josias havia participado, em Cuiabá, de audiência com o ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino, e com várias outras autoridades do estado de Mato Grosso. Josias denunciara políticos da região por extração ilegal de madeira, a Polícia Militar por irregularidades e órgãos públicos por emissão irregular de títulos de terras, assim como a existência de "pistoleiros" na região. Josias, segundo o site Pantanal, nesse mesmo dia teria afirmado: "Estamos morrendo, somos ameaçados, o Governo de Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo

CONT.



Federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências?”.

Além destas mortes acontecidas nos últimos dias, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, registrou um sangrento mês de julho com 7 assassinatos em 20 dias, em quatro estados da federação. 2014 apresenta-se como mais violento que o ano anterior. De janeiro a 18 de agosto já se contabilizam 23 assassinatos em conflitos no campo, havendo ainda três casos em averiguação. No mesmo período de 2013, o número de assassinatos registrado era de 21.

A violência está presente em todo o território nacional. Diante dos olhos das autoridades que deveriam concretamente agir de forma a exterminá-la definitivamente. O ouvidor agrário nacional, assim como a Secretaria de Direitos Humanos, tem acompanhado todas as denúncias, ameaças, indícios de irregularidades, mas nada foi feito em vista de barrar o avanço dos assassinatos e do extermínio dos povos do campo.

Quando estas mortes provocarão respostas claras e sérias dos órgãos públicos?

Toda esta violência se dá no momento em que a Reforma Agrária some dos programas de governo dos principais partidos políticos que disputam a presidência da república. Demarcação de terras indígenas e quilombolas, da mesma forma, paralisadas. E os candidatos à presidência assistindo de camarote, sem nenhuma resposta clara a essas demandas em seus planos de governo.

De fato, o programa político de Dilma Rousseff à reeleição não reserva nenhuma linha à Reforma Agrária. O programa de Aécio Neves passa pela tangente, somente citando a Reforma Agrária como necessária para garantir a segurança alimentar. O programa do PSB ainda fez duas ou três leves insinuações sobre a Reforma Agrária. Fica mais que patente que a reforma agrária não é hoje prioridade para nenhum dos partidos com chance de chegar à Presidência.

Ironia do destino: ao mesmo tempo em que três grandes figuras femininas despontam na disputa à presidência da República, numa semana, três mulheres, lutadoras, são assassinadas em conflitos pela terra.

A CPT espera que providências efetivas sejam tomadas no caso destas mortes, e não apenas reduzidas a grupos de trabalho que, até o momento, não se provaram eficazes. Que o estado brasileiro (Executivo, Judiciário, Legislativo) crie ações efetivas para a diminuição da violência no campo. Que a apuração dos fatos sejam eficientes, que o Judiciário não seja subserviente, que a legislação não seja flexibilizada e o Executivo crie condições efetivas de manter a população no campo.

Que o sangue destas mulheres, dos trabalhadores, quilombolas e dos indígenas que tombaram diante da ganância do capital, provoque uma profunda reflexão e ação imediata de nossos políticos, que jogaram na lata do lixo a reforma agrária e a regularização dos territórios tradicionais.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 145 / 2014

Brasília, 20 de agosto de 2014.

---

Goiânia, 19 de agosto de 2014.

A Diretoria e a Coordenação Executiva da CPT.

-

Maiores Informações:

Cristiane Passos (assessoria de comunicação CPT Nacional) – (62) 4008-6406 / 8111-2890

Antônio Canuto (setor de comunicação CPT Nacional) – (62) 4008-6412

Anexos: Fazer download deste arquivo (Assassinatos no Campo Brasil 2014-2.pdf)

DADOS PARCIAIS – Assassinatos em 2014 [ ] 27 kB

<http://www.cptnacional.org.br/attachments/article/2207/Assassinatos%20no%20Campo%20Brasil%202014-2.pdf>



---

**No Maranhão, povo Ka'apor inicia nova operação contra invasão de madeireiros na TI Alto Turiçu**

SÍTIO CIMI, 20.08.2014

No último dia 3 de agosto cerca de 50 Ka'apor iniciaram uma operação de autovigilância e autofiscalização intensa que vai perdurar por todo o verão na Terra Indígena Alto Turiçu, estado do Maranhão.

As ações da operação Marakaja hu Juma'i são realizadas pelos próprios indígenas, cansados de esperar pela Funai, que há quase quatro meses se ausentou da área sem apresentar nenhuma justificativa, descumprindo a determinação judicial de criar Postos de Vigilância e Fiscalização para a proteção do território Indígena.

No dia 6 de agosto esses indígenas resolveram realizar uma grande missão no interior do território, região do município de Centro do Guilherme, onde encontraram vários agressores dentro da terra indígena. Foram cerca de 12 horas andando na mata. Na ocasião queimaram aproximadamente 12 maquinários (caminhões, tratores, jiricos) e apreenderam armas junto as pessoas que agrediam a reserva.

De acordo com os indígenas, nem Exército, nem IBAMA, nem Polícia Ambiental e Federal, quando estiveram no território nos anos de 2012 e 2013, conseguiram ter esse saldo, fazer apreensão desses equipamentos e impedir que os agressores retornassem para o interior do território. Os Ka'apor relatam que estão realizando o mapeamento de sua área, limpeza dos picos, que conhecem todos os pontos onde há agressores e que vão continuar realizando missões até os agressores se retirarem de vez do território.

Associação KAAPORTARUPI e Conselho de Gestão Ka'apo



**Brigada Apinajé: Combatentes do fogo**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Neste mês de agosto, mais uma vez o Tocantins está sendo seriamente castigado pelo fogo, o Estado está em 3º lugar no ranking de queimadas no Brasil. Este ano já foram detectados mais de 4.600 focos de incêndios em todo o Estado. As Áreas de Preservação Ambiental e as Terras Indígenas, também estão sendo atingidas. A BRIF-I Apinajé é uma Brigada Indígena e está localizada no município de Tocantinópolis desde junho de 2014 e tem como meta principal fazer a prevenção e o combate direto aos focos de incêndios na Terra Indígena Apinajé. O trabalho desses combatentes do fogo é perigoso e exaustivo e as ações são realizadas de forma direta ou indireta e estão acontecendo durante o dia e à noite.

O Chefe da BRIF-I Apinajé, Alexandre Conde, informou que desde 1º de junho deste ano quando a Brigada começou atuar já foram percorridos mais de 1.400 km e combatidos em ação direta 25 focos de incêndios no Território Apinajé, localizado nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha, no Norte do Estado do Tocantins.

Entre junho e agosto de 2014, em comparação com o mesmo período do ano passado, temos verificado expressiva redução das queimadas na Terra Apinajé. Este resultado só está sendo alcançado graças à atuação dos Brigadistas.

A Brigada Indígena do PREV FOGO/IBAMA em parceria com a FUNAI-Fundação Nacional do Índio, também atua em atividades de Monitoramento Territorial, visando coibir as atividades ilícitas praticadas por não-índios que invadem a terra Apinajé para roubar caças, madeiras, peixes, frutas e arrendamentos de pastos e roças. Estes invasores e intrusos também são suspeitos e acusados de provocar incêndios na Terra Apinajé.

É imprescindível que todos se conscientizem dos riscos e perigos das queimadas sem controle. No nível atual o fogo já representa uma grave ameaça à nossa saúde e perigo à nossas aldeias e se não for contido poderá causar danos incalculáveis à fauna e a flora do Território Apinajé. Todos nós, índios e não-índios devemos colaborar e apoiar as ações dos Brigadistas Apinajé, afinal de contas estão lutando pela preservação ambiental, visando garantir um território com florestas, frutas, águas, mamíferos, répteis, aves e peixes para as presentes e futuras gerações.

Terra Indígena Apinajé, 19 de agosto de 2014



**Ladrões de galinha e o PDRS Xingu, por Claret Fernandes\***

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

\*para Combate Racismo Ambiental

Na casa do meu Avô, no interior de Minas Gerais, ladrões de galinha chegavam à noite em grupo e, dividindo-se, uns iam para o terreiro da sala e, enquanto assanhavam os cachorros na frente da morada, que ladravam enfurecidos, os comparsas passavam pelos fundos e faziam uma limpeza. Levavam mais que galinhas: carregavam rapadura, café, feijão, e tudo que achassem pela frente.

Essa encrenca repetiu-se anos a fio, em geral na época de colheita, com relativo prazo entre uma ação e outra para enrolar a memória. Até que um dia eles foram traídos pelo reconhecido chapéu do chefe do bando que, fugindo às pressas, com cães ao seu encalço, e atordoado com disparos de tiros de espingarda para o alto, foi deixado preso na cerca de bambu. E assim o mistério se desfez.

Algo semelhante à tática dos ladrões de galinha vem ocorrendo na região do Xingu, Amazônia brasileira, distante pelo menos três mil quilômetros da casa do meu Avô. É claro que não há cães nesse negócio aqui, – a não ser no seu sentido figurado –, os ladrões são mais robustos, e, os mecanismos de distração do povo, de entidades e de autoridades públicas, os mais variados.

O desvio de foco é perfeito! Graças a isso, Belo Monte caminha ligeira, apesar dos reclamos de atraso por parte do capital, e de forma extremamente arrogante e violenta, provocando retrocesso em direitos históricos dos atingidos e da classe trabalhadora conquistados com muita luta em outras regiões do Brasil.

Retroceder em direito significa inflacionar ainda mais o negócio das barragens.

O fato mais evidente no momento, apesar de ser um entre muitas dezenas, é a situação das famílias na área urbana de Altamira, onde concentra o maior número de prejudicados pela hidrelétrica: foram impostas casinhas de concreto, até hoje existem apenas 800 casas construídas, apenas 400 famílias foram transferidas para os loteamentos novos, a empresa já começa a revelar que 'não conseguirá' construir as 4.100 moradias necessárias em tempo hábil e algumas centenas de famílias residentes na área do futuro lago estão fora do cadastro da Norte Energia.

O governo Dilma Rousseff não é monolítico e sua parte 'má' vem se tornando robusta; a parte 'boa', com alguma sensibilidade social, está vivamente preocupada, mas perde na correlação de forças internas, tanto dentro do próprio governo – onde impera o Ministério de Minas e Energia – quanto dentro do grupo que tem poder de decisão na construção de Belo Monte.

CONT.



Não seria exagero dizer que não existe uma pinguela sequer na Belo Monte da qual se pudesse dizer: 'essa foi construída pela Norte Energia porque o governo a obrigou'. A empresa faz o que quer!

A situação está tão constrangedora que a Presidenta veio por cá em visita 'escondida' no dia 5 de agosto, passando direto ao canteiro de obra, sem nada para mostrar do processo redentor antes prometido. Muito ao contrário!

Um dos principais mecanismos de desvio de atenção na região de implantação da barragem de Belo Monte, que corrobora de forma explícita com esse clima de negação de direito e de constrangimento, é o chamado Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, em vigor desde 2011 até hoje. Ele faz o papel dos 'ladrões de galinha' que ficam atijando os cães na porta da sala.

Idealizado no governo Lula e institucionalizado pelo Decreto 7.340, de 21 de outubro de 2010, o PDRS do Xingu teria como missão 'implementar políticas públicas' e fazer com que 'a implantação de grandes obras de infraestrutura ... fosse uma oportunidade para prover uma região historicamente caracterizada pela presença frágil do Estado de políticas públicas...' (folheto de divulgação). Vendido hoje Brasil afora como avanço na implementação de direitos, ele simboliza e viabiliza o retrocesso.

O imbróglio do PDRS Xingu é uma coisa bem arquitetada. Com o objetivo aparente de trazer desenvolvimento para os 11 municípios da área de influência de Belo Monte (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu – aproximadamente 400 mil pessoas), ele tem uma estrutura 'democrática' – até elogiável se tivesse inserido noutro contexto – e dispõe de um orçamento de 500 milhões a serem gastos num período de 20 anos, portanto 25 milhões ao ano.

O que parece detalhe são duas informações importantes: o tempo de duração do Programa é maior do que o tempo de construção da hidrelétrica e todo o seu recurso sai do bolso do povo brasileiro, através da conta de luz.

Nos anos de 2011 e 2012, a Norte Energia participou diretamente na execução dos projetos aprovados no PDRS Xingu, gastando 50 milhões, e fez a festa, colando sua imagem ao que se convencionou chamar desenvolvimento. Seus representantes apareceram algumas dezenas de vezes na foto, na reformazinha de uma escola ou na entrega de um equipamentozinho a uma prefeitura, associação ou sindicato.

Poderia haver alguma boa intenção nos idealizadores do PDRS Xingu, mas os capitalistas, representados na Norte Energia, não perdem tempo, e apropriaram-se dele num momento oportuno, e lhes foi extremamente útil.

Insatisfeitos, políticos de carreira da região resolveram mudar as regras e contrataram a empresa privada PM21 com a tarefa de montar e gerenciar os projetos e, curioso, os gastos em 2013 pularam para 40 milhões, coincidentemente às vésperas das eleições de 2014. É sabido que esse tipo de negócio nessas circunstâncias tem a função de formar caixa de campanha e

CONT.



---

de turbinar candidaturas interessantes para a manutenção do status quo.

Nessa nova 'metodologia', o PDRS Xingu continua cumprindo o seu papel de desvio de foco. Pessoas liberadas pelo Programa, pelas gestões municipais dos mais diversos partidos ou por entidades alinhadas realizam reuniões nas cidades e vilarejos e, enquanto os 11 municípios, as várias entidades e autoridades disputam entre si um curso de capacitação, um poço de água, a construção de um hospital, uma verba gorda para consultoria ou a doação de moto, carro, a barragem segue em frente.

Os próprios coordenadores do PDRS Xingu sabem, desde sempre, que o Programa não dá conta de resolver questões estruturantes crônicas da região. Hoje a tendência é a alegação de que o recurso é pouco para resolver os problemas e, então, se prioriza o gasto com consultoria para montar projetos; diz-se que depois se buscam os recursos, sabe-se lá onde. Apenas uma dessas consultorias relativa a estradas vai custar R\$ 3.563.850,00. É possível prever que empresas de consultoria ficarão mais ricas e algumas centenas de projetos de papel ficarão amontoados, aguardando financiadores.

Outra questão que trava o Programa é o despreparo de boa parte dos gestores públicos. Por vezes muitos deles não compreendem nem os conceitos. No dia 18 de Julho, por exemplo, em Brasil Novo, numa reunião do Programa, alguns secretários municipais e vereadores confundiram 'estruturante' com 'estrutura física' e reivindicaram construção de uma sede para a secretaria de educação e outra para a Câmara Municipal. É bom lembrar que Brasil Novo, prejudicada por Belo Monte, tem seríssimos problemas no abastecimento de água, tanto em qualidade e quantidade, e na assistência à saúde. Seu único hospital, que era privado, fechou as portas no início desse ano.

Em meio às espertezas e despreparos, o Programa cumpre sua função principal, que é ser Boi de Piranha, entreteendo o povo. Lideranças caolhas, e oportunistas, sentem-se satisfeitas, e se acham na condição de gestores de recursos quando, na verdade, estão disputando os fiapos de carte restantes nos ossos, já babados, lambidos, e alguns até jogados fora. Políticos de carreira atrelados fazem algum caixa de campanha. É isso!

Mas a única beneficiada de verdade com o PDRS Xingu é a Norte Energia, o capital. A barragem, essa máquina de fazer dinheiro, está quase pronta. E o Programa, que não lhe custou um centavo, deu visibilidade à empresa em toda a região e ainda lhe rendeu um ar de filantropia mesclado com política pública terceirizada. Esse foi o seu melhor quinhão, ainda mais numa região de resistência história a barramentos no Xingu.

**Indígenas têm que ir para a capital e vencer o preconceito para fazer faculdade, mas continuam trabalhando por seus povos**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

Rosane, Terena, é enfermeira coordenadora da Casai (Casa de Apoio à Saúde Indígena) de Campo Grande, desde 2012. Rosaldo, Kinikinau, defende a causa indígena e contribui com seu povo na luta pela distribuição de terras em Porto Murtinho. Advogado e assessor jurídico do Cimi, o também Terena Luiz Henrique Eloy Amado é tido como exemplo na batalha pela causa indígena



Casal está oficializou a união em 2010. Foto: Renan Nucci

Por Renan Nucci, em Campo Grande News

Nascidos em aldeias indígenas do interior de Mato Grosso, o biólogo e professor Rosaldo Albuquerque de Souza, 40 anos, a enfermeira Rejane Miguel da Silva, 34 anos, e o advogado Luiz Henrique Eloy Amado, 25 anos, têm algo em comum: escolheram Campo Grande como cidade para construírem suas carreiras.

De famílias simples, eles precisaram driblar muitas dificuldades como o preconceito e a falta de dinheiro, para chegar aonde chegaram. Profissionais de sucesso nos dias de hoje, eles relatam como vieram à Capital sul-mato-grossense e como suas ações refletem nos índios do Estado.

CONT.



---

### Casal de vencedores

Sentados em um confortável sofá na casa própria localizada na região do Los Angeles, Rosaldo e Rejane relatam os planos que fazem a respeito do futuro do filho Richard Kinikinau, de apenas um ano e sete meses. Ambos os ex-alunos da Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), eles se dizem realizados com tudo que conquistaram.

Rejane é da etnia terena e nasceu na aldeia Lagoinha, instalada no município de Aquidauana. Ela conta que a família enfrentava grandes dificuldades financeiras, assim como outras da região, mas que mesmo assim conseguiu levar a vida dentro das possibilidades. O maior problema daquela época, afirma, era a precariedade no ensino de escolas para indígenas.

“Era difícil levar os estudos adiante, pois na aldeia tinha só até a oitava série. Para fazer o ensino médio era preciso se deslocar até a cidade, e por isso muitos desistiam. O destino das meninas era sempre o mesmo, desistir, casar e engravidar ainda jovem”, explicou. Rejane via na educação a chance de conquistar uma vida melhor para si e familiares.

Após concluir o ensino médio, ficou por um tempo sem estudar, até que prestou vestibular para o curso de Matemática, no ano 2000. Ela foi aprovada, mas devido ao pouco acesso à informação, acabou perdendo a oportunidade.

“Na aldeia tinha só um orelhão e nem sei se telefonaram, mas lembro de que quando fui até a universidade para ver o resultado, descobri que havia sido aprovada. No entanto, já tinha perdido a chamada e as vagas estavam preenchidas”, disse Rejane.

Apesar da frustração ela perseverou e conseguiu ser aprovada para Letras na Uems, porém, não se adaptou ao curso, já que tinha o sonho de se tornar enfermeira. Em 2004, conseguiu ingressar no curso de Enfermagem.

“Foi uma vitória, mas estudar não foi fácil. Não tinha como trabalhar, pois o curso era período integral e minha família não tinha condições de me ajudar muito. Sobrevivia com os poucos trocados que me davam e também com uma bolsa que na época, era algo no valor de R\$ 350”, contou ela que se formou em 2010, ano que se casou com Rosaldo.

Hoje ela é enfermeira coordenadora da Casai (Casa de Apoio à Saúde Indígena) de Campo Grande, cargo que ocupa desde 2012. Depois de tudo o que passou, se sente realizada com o que faz.

“O sentimento de recompensa é grande, pois posso oferecer aos irmãos indígenas tudo aquilo que aprendi. Meu trabalho reflete no desenvolvimento da comunidade. Sinto-me feliz, pois hoje sou vista como exemplo para familiares e amigos da aldeia onde nasci”, conta a integrante da 1ª turma de indígenas da Uems.

Biólogo

Nascido na aldeia São João, de Porto Murtinho, o kinikinau Rosaldo fala sobre a infância difícil, período em que teve apenas um brinquedo, um carrinho de plástico, e o uniforme que usava para ir a escola era feito a mão, pela mãe, uma vez por ano. “A gente tinha pouca roupa. O

CONT.

uniforme era usado por muito tempo. Em algumas fotos antigas eu apareço vestindo uma calça pequena, já na canela, e um kichute que era meu único calçado”, diz.

Ao longo dos anos, serviu o Exército e chegou a ficar 13 anos longe da escola. Durante um trabalho de extração de madeira, na aldeia em Porto Murtinho, recebeu um convite especial.

“Eu trabalhava no mato, cortando árvore. Dormia na mata, fazia tudo lá, não tinha nem um colchão direito pra dormir. Um dia um professor soube da minha história e foi lá me tirar. Ele disse que se eu voltasse a estudar, o magistério no caso, daria uma turma de crianças para eu dar aula. Como a situação era precária, e mal tinha o que comer, acabei aceitando”, conta.

Após concluir o magistério ele ingressou no curso de biologia na Uems, em 2005. Hoje é Mestre em Desenvolvimento Sustentável – Modalidade de Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Indígenas – pela UNB (Universidade Nacional de Brasília), e professor da rede pública.

“No Exército me ensinaram a ser forte e a buscar o melhor pra mim e para meus irmãos. Mesmo quando eu não tinha nada e a expectativas sobre qualquer coisa eram baixas, eu tentava algo, até que a oportunidade apareceu, e abracei com todas as forças”, relata.

Além de lecionar, ele também defende a causa indígena e contribui com o povo kinikinau na luta pela distribuição de terras em Porto Murtinho. Durante a conversa, ele e a esposa fizeram questão de destacar que tudo o que conquistaram tiveram a influência direta das políticas de cotas para os povos indígenas, mas ressaltaram que nunca tiveram facilidades por isso.

“As cotas são boas e nos abriram boas portas, mas a gente teve que estudar e trabalhar como qualquer outra pessoa. No mercado a gente concorre com todo mundo, não há vantagens ou desvantagens, somos todos iguais”, disse Rosaldo incentivado pela mulher.



Luiz Henrique Eloy falando na retomada, em solidariedade à comunidade Ivy Katu. Arquivo familiar

CONT.



---

Advogado

Advogado e assessor jurídico do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e outras instituições, o terena Luiz Henrique Eloy Amado também é tido como exemplo na batalha pela causa indígena. Quando ele nasceu na aldeia Ipegue, em Aquidauana, sua mãe sabia que ele e os irmãos precisariam de mais chances, e por isso, largou tudo e veio morar na Capital, para que todos pudessem estudar. "Eu fiz as primeiras séries na escola da aldeia. A maioria parava, mas minha mãe fez o possível para que continuássemos", conta.

A mãe dele veio para trabalhar como doméstica na casa de uma família. Assim, Amado estudava na escola da rede pública. "Era complicado, pois como estávamos morando de favor, tínhamos que nos resguardar, e sempre esperar os donos da casa. Por exemplo, eles comiam, e só depois poderíamos comer, pois éramos os filhos da empregada", conta. Apesar das condições, ele terminou o ensino médio e ingressou como bolsita em uma universidade privada da capital, onde se formou.

Preconceito

Os três relatam que a sociedade ainda possui certa desconfiança com relação a capacidade de ascensão dos indígenas. Durante a universidade, contam que foram alvos de preconceito e que em muitas vezes eram marginalizados. Embora as instituições fossem contra este tipo de comportamento, alguns colegas de turma não.

"Nos primeiros anos só fazíamos trabalhos entre nós indígenas, porque os outros alunos não nos levavam a sério. Eramos excluídos e sempre tínhamos que provar nossa capacidade. Nos últimos anos, as coisas mudaram um pouco, pois sabiam quem nós éramos", lembrou Rejane.

Rosaldo relata história parecida com a da esposa, e lembra que, entre algumas dificuldades, esbarrava na falta de acesso à informática. "Não tínhamos computador e isso limitava um pouco de nossas ações, mas tudo foi superado com força de vontade. Sempre nos uníamos, ou quando não tinha jeito, nos virávamos fazíamos as atividades sozinhos", reforçou.

"Já chegaram a dizer que eu não tinha o direito de frequentar a mesma universidade que outras pessoas de classes mais abastadas. Apesar da gente achar que não existe, o preconceito está presente em diversos momentos, e só quem está em nossa pele consegue sentir", disse o advogado.

-

Título original da matéria: "Índios escolhem Capital para fazer sucesso após vencer o preconceito"



---

**Monsanto financia destruição do Cerrado no Baixo Parnaíba**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

Mayron Régis, em Territórios Livre do Baixo Parnaíba

Ele esteve na casa do Vicente com a representante da Secretaria de Direitos Humanos ligada a Presidência da República. O Vicente explicou a ela as várias formas de pressão para sair de sua propriedade na Chapada do povoado Carrancas, município de Buriti. A representante pediu ao Vicente que telefonasse para a Secretaria quando o nível da pressão subisse. No final de julho e começo de agosto de 2014 a pressão subiu.

O plantador de soja André Augusto Kerber Introvini disputa com o Vicente de Paula uma área de 110 hectares de terras do Estado. O André liberou para que um madeireiro de Anapurus cortasse bacurizeiros dessa área. Com isso, ele pretende mudar a característica desse terreno que se recobre com bacurizeiros.

A família do Vicente e as famílias dos povoados Carrancas e Matinha vendem polpa dos bacuris que colhem dessa área.

Segundo o Vicente, a primeira vez que o André quis desmatar, alguém o impediu. Pode ter sido o Ministério Público.

A Raimunda, filha do Vicente, como forma de garantir a posse da sua família, resolveu construir sua casa no terreno. O senhor Mazinho, funcionário do André, ordenou que as obras da casa parassem senão o seu patrão viria com a polícia.

Uma coisa que o Mazinho esqueceu que a polícia, se não for flagrante, só aparece em uma residência com ordem judicial. O André não é juiz ou é?

Quem financia a produção do André e, por conseguinte, os seus desmatamentos do Cerrado, é a empresa Monsanto. O plantador de soja distribuiu várias placas com a marca da empresa por toda a Chapada.

Sobre essas placas, a senhora Maria Rita, esposa do Vicente, apenas diz que as crianças arrancam todas e jogam fora.



---

**Ciclo de encontros debate espaços de terreiro**

SÍTIO SEPPIR, 20.08.2014

Encontros serão realizados em diversas etapas, durante os meses de agosto e setembro. A primeira ocorrerá no dia 20 de agosto, das 8h30 às 17h30, no Auditório da Biblioteca Central dos Barris em Salvador

Para discutir as ações de proteção e fortalecimento dos Terreiros de Candomblé pelo Governo do estado da Bahia, o Instituto de Patrimônio e Artístico e Cultural (IPAC) e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) promoverão o Ciclo de Debates sobre os Espaços de Terreiros. Os encontros serão realizados em diversas etapas, durante os meses de agosto e setembro; sendo que a primeira ocorrerá no dia 20 de agosto, das 8h30 às 17h30 no Auditório da Biblioteca Central dos Barris em Salvador, com a discussão dos temas: Salvaguardas de Espaços de Terreiros e Regularização Fundiária e Justiça fiscal.

A iniciativa surgiu a partir de demandas dos povos de terreiros, que têm apresentado necessidades diversas relacionadas à preservação, manutenção, regularização fundiária e fiscal dos espaços de culto, além da valorização e do reconhecimento como elementos essenciais na formação da história e da cultura brasileira. A temática ganhou força com a recente promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 13.182/2014), que trouxe entre as prioridades, a discussão em torno da regularização fundiária dos terrenos em que se situam templos e espaços de culto das religiões afro-brasileiras.

Mais informações:

Telefone: (71)31013-1481/1488 ou 3115-6341

E-mail: [hilma.santos@sepromi.ba.gov.br](mailto:hilma.santos@sepromi.ba.gov.br)

Fonte: Sepromi-BA



**Boletim de Notícias** - Edição nº 145 / 2014

Brasília, 20 de agosto de 2014.

### **Rio Branco/AC recebe ciclo de palestras sobre cultura afro-brasileira**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

O Acre é o primeiro estado a receber o Ciclo de palestras Conheça Mais Cultura: Afro-brasileira, Nosso Patrimônio

SEPPIR – A palestra Políticas Culturais para a Cultura Afro-brasileira abre a série de encontros da terceira edição do Conheça Mais Cultura: Afro-brasileira, Nosso Patrimônio, em Rio Branco/AC, no próximo dia 22 de agosto. O debate tem como objetivo reforçar a necessidade de preservação da cultura negra brasileira.

Na ocasião, Piedade Lino Videira, abordará as principais manifestações da cultura afro no estado, com destaque para Batuques, folias, ladainha, cultura e educação quilombola. Sobre a cultura local, o professor Jorge Fernandes da Silva, dará sua contribuição na palestra A musicalidade de origem africana no Acre.

As atividades do Ciclo estão programadas até o mês de outubro, com palestras que variam de acordo com as manifestações culturais mais representativas em cada um dos estados selecionados. Além das Políticas Culturais e a Cultura Negra em Rio Branco, os outros temas apresentados serão: Sociedades Tradicionais; Memória, Juventude e Saberes Inter-geracionais no Vale do Jequitinhonha; Pagode Alagoano; e Culturas, Dançares e Cantares.

Coleção Conheça Mais: Os resultados dos debates serão publicados em livros da Coleção Conheça Mais. O conteúdo é composto por artigos assinados pelos palestrantes, de acordo com seus respectivos temas. O material será distribuído em escolas, bibliotecas e para o público em geral. O objetivo é atender a demanda por material didático sobre a cultura afro-brasileira, para o cumprimento da lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da cultura negra e africana nas escolas públicas e privadas do país.

A iniciativa é da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC), por meio do (CNIRC). Conta com o apoio da Fundação Garibaldi Brasil, Fundação Elias Mansour e Secretaria Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEADPIR).

Ciclo de palestras Conheça Mais Cultura: Afro-brasileira, Nosso Patrimônio

Rio Branco

Data: 22/08/2014

Tema: Políticas Culturais e a cultura negra em Rio Branco Palestra – Políticas públicas para a cultura Afro-Brasileira Palestrantes: Prof. Dra. Piedade Lino Videira e Professor Jorge Fernandes. Endereço: Cinema Recreio localizado na Rua Senador Eduardo Assmar, s/n, Bairro Seis de Agosto, Rio Branco/ AC.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 145 / 2014

Brasília, 20 de agosto de 2014.

---

Informações: (68) 3211-2428

Para agenda completa das atividades clique aqui.

Fonte: Fundação Cultural Palmares



---

**MA – Povo indígena Ka’apor inicia Operação Marakaja hu Juma’i ha contra madeireiros na TI Alto Turiaçu**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

Fonte: Associação KAAPORTARUPI e Conselho de Gestão Ka’apor

No último dia 03 de agosto de 2014 cerca de 50 Ka’apor iniciaram uma operação de autovigilância e autofiscalização intensa que vai perdurar por todo o verão na Terra Indígena Alto Turiaçu. Ações realizadas pelos próprios indígenas que cansaram de esperar pela Funai que há quase quatro meses se ausentou da área, não apresentando nenhuma justificativa; não cumpriu com a determinação judicial de criar Postos de Vigilância e Fiscalização para a proteção do território Indígena.

No dia 06 de agosto de 2014 esses indígenas resolveram realizar uma grande missão no interior do território, região do município de Centro do Guilherme onde encontraram vários agressores dentro da terra indígena. Foram cerca de 12 horas andando na mata. Na ocasião queimaram cerca de 12 maquinários (caminhões, tratores, jiricos) e apreenderam armas junto as pessoas que agrediam a reserva.

Segundo indígenas, nem Exército, nem IBAMA, nem Polícia Ambiental e Federal, quando estiveram no território nos anos de 2012 e 2013, conseguiram ter esse saldo, fazer apreensão desses equipamentos e impedir que os agressores retornassem para o interior do território. Relatam que estão realizando o mapeamento de sua área, limpeza dos picos, que conhecem todos os pontos onde há agressores e que vão continuar realizando missões até os agressores se retirarem de vez do território.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



**Seminário sobre educação em comunidades ribeirinhas começa nesta quinta-feira**  
SÍTIO MERCADO ÉTICO, 20.08.2014

O seminário "Educação do Campo na Amazônia: Realidade, Utopia e Fazimentos", acontecerá nos dias 21, 22 e 23 de agosto com a participação de gestores, diretores, professores e pesquisadores do Amazonas. O evento é fruto de uma parceria entre a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (Unicef) com apoio da Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

O seminário acontecerá pela primeira vez no Amazonas, com a proposta de analisar a realidade atual da educação em comunidades ribeirinhas a partir de pesquisas em campo sobre a qualidade de ensino como os principais desafios da educação em zonas do interior do Estado. Além disso, também discutirá onde a educação na Amazônia pretende chegar e as soluções inovadoras para uma educação que contribua com o desenvolvimento sustentável na região.

O evento terá dois dias de palestras e rodadas de discussões na FAS, com a presença do superintendente geral da FAS, Virgílio Viana; do diretor de escola da Fundação Bradesco em Tocantins, Ricardo Rehder de Figueiredo; do coordenador nacional de educação da Unicef, Marcelo Mazzoli; do diretor geral da Fundação Darcy Ribeiro, Paulo Ribeiro; a gerente de meio ambiente da Fundação Roberto Marinho, Andrea Margit; da coordenadora de Educação do Instituto Ayrton Sena, Inês Kissil. No último dia, está prevista uma visita à Reserva de Desenvolvimento sustentável (RDS) Rio Negro, para conhecer o Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) Agnello Uchôa Bittencourt, na comunidade Tumbira.

O NCS está ligado ao Programa de Educação e Saúde da FAS voltado para ampliação e qualificação da oferta de serviços públicos de saúde e educação para as comunidades ribeirinhas. A iniciativa é apoiar o poder público a levar mais serviços de saúde e educação às Unidades de Conservação (UCs) estaduais atendidos pelo Programa Bolsa Floresta. O Educação e Saúde tem como estrutura de referência nas UCs, sete NCSs. Eles têm o papel de promover e incentivar ações de educação, funcionando como escolas, apoio à saúde e ao empreendedorismo além de servir de base para a pesquisa e inovação nas reservas. A cada ano, o número de matrículas aumenta. Em 2013, foram 628 alunos matriculados.

**SERVIÇO**

Assunto: Seminário "Educação do Campo na Amazônia: Realidade, Utopia e Fazimentos"

Abertura: 9h

Data: 21, 22 e 23 de agosto

Local: auditório D. Lidia Parisotto, sede da FAS, Rua Álvaro Braga, 351, Parque 10 de Novembro, Zona Centro-Sul

(Fundação Amazonas Sustentável)



---

**Registradas 24 comunidades quilombolas em três estados**

SÍTIO O POVO ON LINE, 20.08.2014

*Os nomes de todas elas estão publicados no Diário Oficial da União desta quarta-feira*

A Fundação Cultural Palmares acaba de certificar mais 24 comunidades como remanescentes de quilombos na Bahia, Alagoas e Maranhão. Os nomes de todas elas estão publicados no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 20.

Das 24 comunidades, 22 são de cidades baianas, entre elas Curral de Fora, em Água Fria, Várzea Queimada, em Caém, outras dez comunidades são da cidade de Central e mais dez em Morro.

**Regularização de terras**

Ainda na edição desta quarta, 20, do DOU, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), publicou portaria instaurando uma Mesa Estadual de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, na esfera de atuação da Superintendência Regional do Incra no estado de Minas Gerais.

Os principais objetivos da Mesa Estadual são discutir a situação dos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas com parceiros e movimentos sociais e integrar as ações de regularização fundiária no âmbito do governo federal e dos governos estadual e municipais.

Buscar, conjuntamente, alternativas locais (com o movimento quilombola e/ou parceiros) para prevenção, mitigação e gestão de conflitos em territórios quilombolas também será uma das prioridades nas discussões.

O objetivo de criar uma mesa de acompanhamento é fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Essas reuniões acontecerão bimestralmente, em datas a serem acordadas com os participantes da Mesa.

A responsabilidade pela organização da Mesa será da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR 06/F), por meio do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SR-06/F4).

Portal Brasil



---

**Aécio recebe carta com reivindicações de índios e comercio**

SÍTIO GRANDE FM, 20.08.2014

*Em relação aos empresários, 12 propostas foram apresentadas pela Aced (Associação Comercial e Empresarial de Dourados).*

O candidato a presidente Aécio Neves recebeu carta de reivindicações, nesta terça-feira (19), de indígenas e comerciantes em Dourados, município distante 233 quilômetros de Campo Grande. Dentre os principais pedidos estão a demarcação de terras, infraestrutura logística e reforço de segurança na fronteira com o Paraguai.

No caso das terras, Aécio explicou que a morosidade nas demarcações é resultante de omissão do Governo Federal em garantir não apenas o direito dos indígenas, mas também a segurança jurídica para quem produz no campo. Ele ressaltou ainda que, se eleito, pretende incluir os governos estaduais na tomada de decisão sobre o assunto e hoje delegada somente a União.

Em relação aos empresários, 12 propostas foram apresentadas pela Aced (Associação Comercial e Empresarial de Dourados). Dentre elas estão dois projetos ferroviários e deanel viário sul, na BR-163, além da ampliação do aeroporto municipal, extensão de gasoduto, projetos integrados com SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira) e de zonas francas com o Paraguai.

O candidato tucano, por sua vez, prometeu choque de gestão no setor de infraestrutura, com a instalação de uma ferrovia ligando Dourados aos portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP).

“Essa é uma região emblemática para nós. Portanto, quero reafirmar o compromisso de criar o superministério da Agricultura, que atuará, junto com o Ministério da Fazenda e Infraestrutura, na definição dos investimentos. Temos que planejar o Brasil, que virou cemitério de obras inacabadas por toda parte e isso impacta na nossa competitividade e nas questões ambientais”, ressaltou.

Aécio lembrou ainda das promessas de campanha de Dilma Rousseff (PT), em 2010, de que 14 aeronaves seriam responsáveis pelo patrulhamento das fronteiras, mas criticou que “só duas” estão em operação. Outra crítica ficou por conta do Governo Federal delegar os investimentos, em sua grande maioria, apenas aos Estados.